

CRONOGRAMA / Inscrições estão abertas até o dia 31 de julho, pela internet, no site do Cespe/UnB, organizador

TRT-PA/AP: vagas para técnico e analista

Oferta inicial é de 75 vagas, mas órgão costuma convocar muitos aprovados

Estão abertas as inscrições para o concurso do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT 8), referente aos estados do Pará e Amapá. O órgão está ofertando 75 vagas imediatas para cargos de nível médio, técnico e superior, além da formação de cadastro de reserva. As remunerações oferecidas vão de R\$5.345,03 a R\$9.898,20, para uma carga horária de 40 horas semanais. O concurso tem validade de um ano, e pode ser prorrogado por mais um.

Há oportunidades para técnicos judiciário (médio e médio/técnico), nas áreas administrativa (39 vagas) e apoio especializado em enfermagem (3 vagas), e para analistas judiciário (superior), nas áreas administrati-

va (5 vagas), arquitetura (1 vaga), enfermagem (1), engenharia civil (2), engenharia elétrica (2), medicina (1), psicologia (1), tecnologia da informação (2), judiciária (6), e judiciária com especialidade em Avaliador Federal (9).

As inscrições podem ser feitas até o dia 31 deste mês no site do Cespe/UnB, organizador do certame. A taxa de inscrição é de R\$58 para as vagas que exigem níveis médio e médio/técnico e R\$79 para as vagas que requerem nível superior. Podem requerer a isenção do pagamento as pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e que sejam membros de família de baixa renda. O resultado preliminar com os pedidos deferidos sai em 6 de agosto, e recursos podem ser interpostos nos dois dias seguintes, no site do Cespe. O resultado final sai, então, no dia 9.

Há reserva de 5% das vagas

para candidatos com deficiência, que devem comprovar sua condição enviando laudo médico, via Sedex, junto da cópia do CPF, para a Central de Atendimento do Cespe/UnB. A entrega também pode ser feita pessoalmente, no mesmo local.

A seleção acontecerá por meio de provas objetivas e discursivas, que serão aplicadas em 15 de setembro nas cidades de Belém-PA, Macapá-AP, Marabá-PA e Santarém-PA. A prova discursiva para os cargos de nível superior terá quatro questões, e a para os cargos de níveis médio e médio/técnico será uma redação. O resultado final do concurso ainda não tem data confirmada para ser divulgado.

SERVIÇO

Inscrições: [http://www.cespe.unb.br/concursos/trt8_13/CentraldeAtendimento/Cespe/UnB-assunto:ConcursoTRT8Região/2013\(laudo médico\)-CaixaPostal4488,CEP70904-970,Brasília-DF](http://www.cespe.unb.br/concursos/trt8_13/CentraldeAtendimento/Cespe/UnB-assunto:ConcursoTRT8Região/2013(laudo médico)-CaixaPostal4488,CEP70904-970,Brasília-DF)

Falta de Língua Portuguesa surpreende especialista em concurso

O conteúdo programático do concurso do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT 8) surpreendeu candidatos e especialistas em concursos públicos. Isso porque a seleção não vai cobrar conhecimentos de Língua Portuguesa, disciplina presente em todos os concursos. Para o cargo de técnico judiciário, na especialidade de Administração, serão cobradas apenas as matérias de Direito Constitucional, Administrativo, do Trabalho, Processual do Trabalho e Gestão Pública.

Advogado e especialista em concursos públicos, Fábio Ximenes acredita que a falta de Português vai interferir na aptidão do candidato que for aprovado. "As disciplinas do conteúdo programático têm a finalidade de cha-

mar pessoas qualificadas para exercer determinada atividade. A falta dessas matérias será prejudicial para o candidato, que já está acostumado com essas disciplinas, e para a administração pública, que terá um servidor menos qualificado", explica.

O professor acrescenta que com a exclusão da disciplina, ficou mais difícil conseguir a vaga. O especialista acredita que isso não será comum em concursos públicos dos Tribunais Regionais Eleitorais do país. "Acredito que não será uma tendência porque nunca houve concurso assim", diz. Por ser este um fato isolado, Fábio não sabe explicar o motivo dessa escolha do TRT 8. "É uma surpresa para mim e para muitos candidatos. O TRT teve outra visão. Achou que só



O advogado Fábio Ximenes ficou surpreso com a falta de Português

as matérias específicas seriam suficientes. É a primeira vez que isso acontece", avalia.

Entrevista

Veja o que estudar em Direito do Trabalho

MAVARA SOUZA

mayara.souza@folhadirigida.com.br

A prova objetiva do concurso do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, para os cargos de analista e técnico judiciários, será realizada no dia 15 de setembro. AFOLHA DIRIGIDA conversou com a professora de Direito do Trabalho da Academia do Concurso, Carla Andrade, que dá dicas para estudo. Essa disciplina é uma das que serão cobradas na avaliação para técnico judiciário, nível médio.



Carla Andrade diz que o estudar para Direito do Trabalho

FOLHA DIRIGIDA: O QUE É IMPOR- TANTE ESTUDAR NA DISCIPLINA DE DIREITO DO TRABALHO?

Carla Andrade - Quando tratamos de Direito do Trabalho, que é a matéria do concurso, juntamente com Processo do Trabalho, o ideal é o candidato estudar todos os tópicos do edital, apesar deste ser muito extenso, um tópico complementa o seguinte, o que não faz a matéria se tornar enfadonha.

QUAL A ORIENTAÇÃO PARA QUEM NÃO ESTÁ FAMILIARIZADO COM A DISCIPLINA?

Por ser o Direito do Trabalho uma disciplina que foi ou é vivida no cotidiano do candidato, ou, simplesmente, ele já ouviu falar sobre este assunto, se faz necessário que o mesmo se familiarize com os termos pertinentes à disciplina, a fim de se evitar erros muito comuns, tais como, a troca dos institutos DISPENSA e DEMISSÃO, onde o primeiro significa que a iniciativa fora do empregador, quando o segundo a iniciativa para o término do contrato de trabalho fora do empregado!

DE TODOS OS PONTOS DO PROGRAMA, O QUE NÃO PODE FICAR DE FORA DA PREPARAÇÃO?

Considero que um dos pontos mais importante de o programa é o que tange aos Direitos Constitucionais dos Trabalhadores, previsto no art. 7º da CRFB/88, primeiramente em função de grande parte do programa estar inserido neste artigo, bastando que o candidato o estude profun-

damente. A mais, em razão da recente publicação da Emenda Constitucional 72/2013, que alterou o parágrafo único deste mesmo artigo, que estabeleceu a igualdade dos direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais.

COMO COSTUMAM SER AS QUESTÕES, DESSA DISCIPLINA, PARA ESTE CARGO?

As questões são fáceis, diretas, porém exigem o conhecimento dos principais institutos da disciplina, de sua legislação - a qual se encontra prevista, principalmente, na Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto Lei nº 5452/43, assim como, suas recentes mudanças, como as Súmulas 06, 244, 277, 378, 428, 429, 431, 437, 438, 441, 442, 443 e 444 do TST.

QUAIS AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DO CESPE/UNB, ORGANIZADOR DO CONCURSO?

O Cespe/UnB cobra muito a letra da lei, ou seja, a legislação propriamente dita, modificando apenas alguns vocábulos corriqueiros por outros, fazendo com que o candidato ache que os mesmos são sinônimos, como por exemplo, REMUNERAÇÃO por SALÁRIO!

EM QUE OS CANDIDATOS DEVEM TER MAIS ATENÇÃO?

O candidato precisa ter paciência ao fazer a prova, pois algumas questões são compostas de afirmativas longas, abrangendo mais de um tema em sua maioria, onde

o erro encontra-se exatamente no meio desta. O intuito é cansá-lo ao máximo, tirando seu foco e, consequentemente, culminando em seu erro.

QUAIS OS TEMAS MAIS ABORDADOS NA PROVA?

A diferença entre relação de trabalho e de emprego; contratos de trabalho por prazo indeterminado, determinado, incluindo o do temporário, o de experiência, em regime de tempo parcial; quais são as verbas que as gorjetas integram; cabimento do aviso prévio; gozo de férias; estabilidade e direitos da gestante; diferenças entre o trabalho do menor e do aprendiz; quais os direitos rescisórios dos empregados nos casos de dispensa sem justa causa, com justa causa, culpa recíproca e rescisão indireta do contrato de trabalho, dentre outros.

HÁ ALGUM LIVRO, OU OUTRO MATERIAL, QUE POSSA SER INDICADO PARA ORIENTAR O ESTUDO DOS CANDIDATOS?

Sempre indico o "Direito do Trabalho Esquemático" do Ricardo Rezende, do Grupo Gen. Este manual traz análise dos entendimentos adotados pelas principais bancas examinadoras, além de fazer um quadro-resumo ao final de cada capítulo.

Ficha de Exercícios

TÉCNICO JUDICIÁRIO

Professores especialistas em concursos são unânimes: candidatos devem estudar com antecedência e resolver muitos exercícios. Para orientação de todos, FOLHA DIRIGIDA publica teste

Responda a questões de Direito do Trabalho

Entre as disciplinas que serão cobradas no concurso para o cargo de técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8) está Direito do Trabalho. Para ajudar na preparação, a professora Carla Andrade, de Direito do Trabalho da Academia do Concurso, separou algumas questões sobre o assunto. Responda às perguntas e veja como está sua preparação.

DIREITO DO TRABALHO

1- Acerca dos princípios que informam o Direito do Trabalho, pode-se afirmar que:

- (A) A irrenunciabilidade de direitos não é um princípio absoluto.
(B) É ilícita a redução dos salários dos empregados da empresa, mesmo que disposta em Convenção ou Acordo Coletivo.
(C) O empregador pode, livremente, em qualquer hipótese, alterar o contrato de trabalho do empregado.
(D) O empregador pode reduzir o salário do empregado, se este firmar por escrito sua concordância.
(E) O empregador pode reduzir o salário de seus empregados, desde que a maioria deles concorde com tal redução, mesmo que sem a participação da entidade sindical da categoria.

2- Considere as afirmativas abaixo acerca da estabilidade da gestante:

- É vedada a dispensa da empregada gestante, mesmo que na hipótese de admissão mediante contrato por prazo determinado.
- A alegação de desconhecimento do estado gravídico pelo empregador o isenta do pagamento da indenização decorrente da estabilidade provisória.
- É certo que a garantia de emprego à gestante autoriza a reintegração ao emprego em qualquer hipótese.
- A licença maternidade será de 180 dias, segundo as normas hoje vigentes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II. (B) I, II e III.
(C) I, II, III e IV. (D) II e III
(E) I.

3 - Segundo as fontes do Direito do Trabalho considere:

- I. Lei complementar.
 - II. Usos e costumes.
 - III. Sentenças normativas.
 - IV. Convenção Coletiva de Trabalho.
 - V. Acordo Coletivo de Trabalho.
- São fontes formais heterônomas as indicadas APENAS em

- (A) II, IV e V. (B) I, II e V.
(C) I. (D) II, IV e V.
(E) I e III.

4 - Para a configuração da relação de trabalho

- (A) é necessário o recebimento de salário, uma vez não existe contrato de trabalho sem estipulação de salários, por configurar-se trabalho escravo.
(B) é necessária a existência do exercício da atividade humana, podendo haver onerosidade ou não.
(C) é preciso que o trabalhador seja uma pessoa física ou jurídica que preste serviço com habitualidade, onerosi-

dade, subordinação e pessoalidade.

- (D) é necessária a exclusividade da prestação de serviços pelo trabalhador.
(E) é necessário que haja, dentre outros requisitos, a dependência jurídica.

5 - Acerca dos intervalos intrajornada e das alterações no contrato de trabalho, julgue os itens que se seguem a seguir.

- I - Quando o empregador não respeitar o intervalo mínimo de descanso intrajornada, para descanso e alimentação, deverá pagar as horas subtraídas do trabalhador como horas extras.
II - Mesmo que ultrapassada habitualmente a jornada de 6 horas de trabalho, não é devido o intervalo intrajornada mínimo de 1 hora.
III - É inválida cláusula de Acordo ou Convenção Coletiva de trabalho que contempla a supressão ou redução do intervalo intrajornada, para descanso e alimentação, mesmo que, por ato do ministro do trabalho, o estabelecimento atenda às exigências relativas a refeitórios e quando os empregados não estiverem submetidos ao regime de prorrogação da jornada.
IV - Todo intervalo intrajornada não é computado na jornada de trabalho do empregado.
Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III. (B) I, II e III.
(C) I, II, III e IV. (D) III e IV.
(E) I.

6 - Com relação ao trabalho noturno e seu respectivo adicional é INCORRETO afirmar:

- (A) A hora noturna de qualquer trabalhador é computada com 52 minutos e 30 segundos.
(B) O adicional noturno do trabalhador rural, em qualquer hipótese, é de, pelo menos, 25%.
(C) O cálculo dos adicionais noturnos e de horas extras será feito em conjunto, cumulando-se o cálculo de adicional sobre adicional.
(D) Por não constituir vantagem ao empregado, a transferência do período noturno para o diurno é sempre possível, mesmo que sem anuência do empregado, por configurar-se o exercício do *ius variandi*.
(E) O aprendiz, maior de 18 anos, poderá laborar no período noturno, com direito a percepção do respectivo adicional.

7 - Bernardo, Fernanda e Eduarda são empregados da empresa EASY. Bernardo afastou-se de seu emprego para cumprir as exigências do serviço militar; Fernanda perdeu seu pai permanecendo dois dias de luto em casa e Eduarda está de férias. Constitui(em) hipótese(s) de interrupção do contrato de trabalho a(s) falta(s) de

- (A) Bernardo, Fernanda e Eduarda.
(B) Fernanda e Eduarda.
(C) Bernardo e Fernanda.
(D) Eduarda.
(E) Bernardo e Eduarda.

8 - No que se refere ao direito do trabalho, julgue os itens seguintes.

- I - As gorjetas pagas por clientes a um garçom em um restaurante integram o seu salário para todos os efeitos legais.

II - O serviço militar obrigatório pode ser remunerado com valor abaixo do salário mínimo.

- III - O salário-família é um direito assegurado na CF aos trabalhadores, inclusive à categoria dos empregados domésticos.
IV - É lícito ao empregador realizar o pagamento ao empregado de várias verbas por meio de única parcela, sem discriminar quais delas estão sendo quitadas.
V - Considera-se em sobreaviso o empregado que, à distância e submetido a controle patronal por meio informatizado, permanecer em regime de plantão, aguardando o chamado para o serviço durante o período de descanso.

Está incorreto o que se afirma APENAS em

- (A) II e III. (B) II, III e V.
(C) II e V. (D) I, III e IV.
(E) IV.

9 - Com relação ao aviso prévio, considere as assertivas abaixo.

- I. Cabe ao empregador decidir se o aviso prévio será cumprido pelo empregado dispensado ou se o mesmo será indenizado.
II. O empregado dispensado em 10/10/2011, que conta com 25 anos de empresa, deverá receber o aviso prévio na razão de 90 dias, em face de ser este o limite máximo estipulado pela Lei 12.506/2011.
III. O empregado que, durante o prazo do aviso prévio cometer qualquer das faltas consideradas pela lei como justas para a rescisão do contrato de trabalho, perde o direito ao restante do respectivo prazo.
IV. O aviso prévio é devido na hipótese de rescisão indireta.

É correto o que se afirma APENAS em:

- (A) III e IV. (B) I, III e IV.
(C) II e IV. (D) II e III.
(E) I e II.

10- Mário labora para a empresa X e está sofrendo perseguição de seu superior hierárquico, Cláudio, tendo em vista que o mesmo o repreende em tom agressivo em frente aos demais colegas de trabalho, sem que houvesse nenhum motivo que justificasse tal ato. Mário poderá considerar rescindido seu contrato de trabalho e pleitear a devida indenização em razão Cláudio ter agido com

- (A) indisciplina.
(B) desídia.
(C) incontinência de conduta.
(D) com rigor excessivo.
(E) ato lesivo da honra e da boa fama.

11. De acordo com as normas especiais de proteção ao trabalho da mulher, marque a opção correta:

- (A) A garantia de emprego à empregada gestante autoriza a reintegração até 180 dias após o parto.
(B) Em caso de adoção da criança com idade de 8 anos, a licença maternidade terá duração mínima de 30 dias.
(C) Ocorrendo aborto legal, a empregada terá direito a faltar o trabalho por 2 dias consecutivos, sem prejuízo no salário.
(D) Caso a empregada não comunique seu estado gravídico ao empregador, perderá o direito ao recebimento da indenização decorrente de estabilidade provisória.
(E) A empregada gestante tem direito a estabilidade provisória, mesmo na hipótese de admissão mediante contrato de experiência.

12. Com relação às fontes do Direito do Trabalho é incorreto afirmar que :

- (A) As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas não integram definitivamente os contratos do trabalho.
(B) As sentenças normativas representam as fontes heterônomas.
(C) O direito comum será fonte subsidiária do direito do trabalho, face a compatibilidade com os princípios fundamentais deste.
(D) Greves representam as fontes materiais do direito do trabalho.
(E) As portarias do MTE são consideradas fontes heterônomas do Direito do Trabalho.

13. Considere as seguintes assertivas:

- I. O uso de instrumentos informatizados fornecidos pela empresa ao empregado, não caracterizam o regime de sobreaviso, salvo se o mesmo permanecer em regime de plantão, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço durante seu período de descanso.
II. Aplica-se o divisor 220 para cálculo do valor do salário - hora do empregado sujeito a 40 horas semanais de trabalho.
III. O empregado submetido a uma jornada de 6 horas de trabalho tem direito a um intervalo intrajornada para repouso e alimentação de 15 minutos mesmo que a mesma seja ultrapassada habitualmente.
IV. O empregado submetido a trabalho contínuo em ambiente artificialmente frio, tem direito ao intervalo intrajornada de 15 min a cada 1 hora e 45 minutos de trabalho.

É incorreto o que se afirma em:

- (A) I e II. (B) II e III.
(C) II e IV. (D) I, II e IV.
(E) II, III e IV.

14. Com relação ao contrato de trabalho é correto afirmar que

- (A) é inválido o contrato de trabalho firmado por trabalhador de 16 anos sem autorização dos pais ou responsável legal.
(B) assegura-se o direito a manutenção de plano de saúde oferecida pela empresa ao empregado, não obstante suspensão o contrato de trabalho em virtude de auxílio doença.
(C) os empregado submetidos por norma coletiva a jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso tem assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhistas.
(D) o trabalhador admitido no serviço público sem concurso terá seu contrato considerado válido em qualquer hipótese, com base no Princípio da Proteção.
(E) o contrato de trabalho não é comutativo, sinalagmático e de trato sucessivo.

15. Alexandre, portador do vírus HIV, foi dispensado sem justa causa da empresa BTZ, logo, tem direito

- (A) a levantar seu FGTS, acrescido da multa de 40%.
(B) férias proporcionais na razão de metade dos dias faltantes para a complementação do período concessivo.
(C) a readmissão sem prejuízo das verbas indenizatórias.
(D) a reintegração, pois seu contrato restava-se automaticamente suspenso, em razão de sua doença.
(E) a reintegração, pois presume-se discriminatória sua dispensa.

GABARITO

1- A | 2- E | 3- E | 4- B | 5- A | 6- A | 7- A | 8- D | 9- B | 10- D | 11- E | 12- A | 13- E | 14- C | 15- E